

Imprensa e Política Externa: o ABC Color e as renegociações do acordo de Itaipu (2008-2011)

Press and Foreign Policy: ABC Color and renegotiations of the Itaipu Treaty (2008-2011)

Adriano de Freixo*

Guilherme Sobrinho Lopes Rodrigues**

Resumo

A campanha presidencial de Fernando Lugo, em 2008, trouxe como proposta a renegociação do Tratado de Itaipu, o que acabaria levando à assinatura de um novo acordo entre Paraguai e Brasil, em 2009. Porém, o longo intervalo entre a assinatura do acordo e sua ratificação pelo Congresso brasileiro abalou a credibilidade política do Brasil no país vizinho, alimentando no Paraguai um discurso antibrasileiro, observável na mídia local. Neste artigo procuramos analisar a cobertura do *ABC Color* sobre a questão, entendendo o jornal como um ator relevante na política paraguaia, a partir da compreensão da mídia para além da reprodutibilidade informacional.

Palavras-chave: Imprensa, Relações Brasil-Paraguai, Tratado de Itaipu.

Abstract

The presidential campaign of Paraguayan Fernando Lugo, in 2008, included as one of its main proposals the renegotiation of the Itaipu Treaty, which would lead to the signing of an agreement with the Brazilian government, in 2009. This article aims to explore how the long gap between the agreements signing and its congressional ratification in Brazil would undermine Brazilian political credibility with its neighbor. This analysis will focus on the coverage of that episode by the Paraguayan biggest newspaper *ABC Color*, both in its discourse and political agenda, trying to understand the media's role as a political actor.

Keywords: Press, Brazil-Paraguay relations, Itaipu Treaty.

* Doutor em História Social pela UFRJ e professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde coordena o curso de graduação em Relações Internacionais e o Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, atuando também nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) e Ciência Política (PPGCP).

** Graduado em Relações Internacionais pela UFF e Mestrando em Ciência Política na mesma instituição. No PPGCP-UFF, vem desenvolvendo uma pesquisa sobre o papel da mídia como ator político no Brasil contemporâneo.

1 Introdução

Um dos episódios mais marcantes da história recente das relações entre o Brasil e o Paraguai foi o contencioso em torno da renegociação do Tratado de Itaipu durante os governos de Fernando Lugo e Lula da Silva (e depois Dilma Rousseff), envolvendo, fundamentalmente, o debate em torno da dívida contraída pelo Paraguai por conta da construção da usina, bem como o montante pago pelo Brasil pela energia que o vizinho lhe cede. Esse episódio trouxe à tona diversas memórias de problemas históricos nas relações entre os dois países que representam fortes entraves para a consolidação de novos arranjos na região.

Tendo mobilizado bastante a sociedade paraguaia, tal contencioso foi um dos temas mais abordados pela imprensa do país entre 2008 e 2011, em especial, pelo *ABC Color*, um dos principais periódicos locais. Assumindo tradicionalmente uma posição bastante crítica em relação ao Brasil, o jornal denunciou, por inúmeras vezes durante a condução das negociações, o que chamava de “postura imperialista” do Brasil¹, buscando influenciar não somente opinião pública, mas também os próprios formuladores e agentes da política externa paraguaia², nas perspectivas propostas por Gilboa (2002), que vê a mídia como um “ator constrangedor/condicionador” nos processos de tomada de decisão pelos líderes e formuladores de políticas, e Powlick (1995), que analisa como a opinião pública pode ser ativada através de agentes externos, como a mídia, para influenciar/constranger os tomadores de decisão em política externa.

Nesse sentido, entendemos que a mídia no mundo contemporâneo desempenha funções de extrema abrangência, que foram sendo gradativamente ampliadas com os avanços tecnológicos. Se o debate acerca de sua atuação política já demonstrava importância nas formulações de Lippmann (1997), publicadas originalmente em 1922 – interessadas, em larga medida, em entender como os meios de comunicação ajudavam a moldar a sociedade –, estudos posteriores procuraram explorar outros níveis de atuação dos veículos midiáticos³. Tais estudos procuraram demonstrar que ela não somente influencia a percepção de mundo dos atores sociais, mas participa, também, como agente ativo do processo político.

Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar se e de que maneira o jornal *ABC Color* buscou influenciar, direta ou indiretamente, o processo de tomada de decisões dos agentes políticos paraguaios durante as negociações entre o governo local e o brasileiro, em torno da revisão de algumas das cláusulas do Tratado de Itaipu, entre 2008 e 2011.

Começaremos por delinear algumas perspectivas teóricas que buscam explicar as maneiras como a mídia pode influenciar o processo de formulação de política externa. Em seguida,

1 Os enquadramentos adotados pelo jornal, por vezes, se demonstram bem enfáticos, como, por exemplo, nos editoriais “Paraguay debe denunciar internacionalmente al Brasil por abuso de fuerza”, de 02 de abril de 2009, e “Vil explotación del Paraguay por parte de sus vecinos”, de 23 de janeiro de 2011. A seguir, um trecho desse primeiro editorial: “Al negarnos arbitrariamente el derecho a ejercer nuestra soberanía hidroeléctrica, el Gobierno brasileño ejerce un acto de prepotencia imperialista y determina el empobrecimiento del pueblo paraguayo, hecho que hipócritamente dice el presidente brasileño, Luiz Inácio Lula Da Silva, quiere ayudar a combatir”. Ambas as publicações ainda podem ser encontradas no sítio oficial do *ABC Color* (25/07/2014).

2 Próximo à votação pela ratificação do acordo de 2009 entre Lugo e Lula no congresso brasileiro, o *ABC Color* publicaria em sua coluna política uma entrevista com o ex-presidente paraguaio Juan Carlos Wasmosy intitulada “Wasmosy pide recurrir a gente capaz para negociar en Itaipú” (31/03/2011). Em seguida, quando a conjuntura se demonstrava favorável à ratificação do acordo, o periódico esforçava-se para minimizar a importância do acordado, enquadrando Lugo como o responsável pela situação.

3 Dentre estes estudos podemos mencionar, por exemplo, os populares estudos de “agenda-setting”, que tem como um marco de origem o famoso trabalho de McCombs e Shaw (1972), e as formulações de Seib (1996) sobre os diversos efeitos da cobertura midiática sobre a conjuntura política.

esboçaremos um breve histórico do Tratado de Itaipu, para facilitar a compreensão contextual da temática. Enfim, trataremos da abordagem da imprensa paraguaia acerca do acordo firmado entre os presidentes Lugo e Lula, em 2009, e a abordagem posterior, quando da posse da presidente Dilma Rousseff e conseguinte revitalização da agenda brasileira de política externa, com ênfase acentuada para a postura do *ABC Color*.

2 Mídia e Política Externa

Para melhor compreender essas questões, é necessário caracterizar brevemente as diferentes formas através das quais a mídia pode atuar em política externa. Para tanto, é necessário que pontuemos tanto os vetores que compõem o processo de formulação de política externa quanto “como” e “quando” a mídia pode atuar em tais processos. Gilboa (2002) caracteriza a conduta de política externa através de dois eixos principais inter-relacionados

The first is policy-making, where policy options, positions and tactics are considered and decided within the domestic environment of the parties concerned. The second phase, interaction and diplomacy, entails implementing policy towards other actors, presenting positions and demands decided in the earlier stage, and seeking solutions through confrontation, negotiation, or a combination of both. (GILBOA, 2002, p. 732)

Para o autor, a mídia participaria de ambos os estágios da política externa. O problema, contudo, é que apesar de existir quase um consenso acerca do reconhecimento das fortes alterações nos processos de formulação de política externa a partir da confluência entre as transformações técnicas nos setores de comunicação e o acirramento do processo de globalização, a sistematização dessas alterações através de estudos acadêmicos continua dispersa e pouco explorada. Estudiosos de política externa tendem a ignorar a influência da mídia tão frequentemente quanto o campo de estudos de comunicação tende a ignorar as temáticas de política externa.

Esse dilema – da inclusão da mídia nos cálculos de formulação de política externa – evoca alguns questionamentos. Até que ponto os organismos midiáticos são capazes de exercer influência? Esses se configuram como atores independentes? Ou apenas subordinar-se-iam a vontades políticas providas de outros setores da sociedade? Seria a mídia, em tais questões, instrumentalizável pelo governo?

Estudos visando obter respostas para tais questionamentos demonstram a amplitude em que cada uma dessas perguntas pode ser desenvolvida. Compor uma investida teórica a respeito desse tema significa correlacionar, dentre outros, (1) a influência da mídia sobre a opinião pública, (2) a dinâmica entre a mídia e a classe política nas representações sociais, (3) o contexto econômico no qual se inserem as empresas de comunicação, (4) as relações estabelecidas entre os meios de comunicação e o governo, (5) o regime jurídico no qual está inserida a agência midiática analisada⁴. A inter-relação de variáveis é tamanha que, em boa medida, é compreensível a dispersão da produção teórica sobre essa temática.

4 Discussões mais a fundo sobre alguns destes aspectos podem ser encontrados em Naveh (2002) e Valenzuela (2009).

Os eventos de política externa acontecem, na maior parte das vezes, em campos distantes da experiência pessoal. Para que se tome conhecimento de sua operação, a cobertura midiática é um elemento essencial (SOROKA, 2003, p. 43). Se a politização a respeito dos eventos de política externa depende eminentemente da cobertura midiática, seria de se esperar, então, que as capacidades exercidas pela mídia ao trabalhar a “forma” de apresentar a informação ao público – que recorte fazer e a quais atributos dar saliência – fosse um importante fator a se considerar na formulação de política externa. Os processos e capacidades de influência, contudo, nem sempre são tão claros⁵. Shapiro, Isernia e Nacos (2000, p. 6), por exemplo, chamariam tal processo de influência de multifacetado, por perceberem que, à medida em que se ampliava a prerrogativa de influência da mídia sobre a política externa, ampliavam-se simultaneamente as oportunidades do governo agir sobre a opinião pública.

Porém, se é difícil chegarmos a uma posição consensual acerca do papel da mídia em questões de política externa, podemos ao menos traçar algumas funções que essa vem desenvolvendo (mesmo que frequentemente o grau de proeminência atribuído à mídia nessas questões seja pauta de debate). Nesta exposição, concorda-se com a formulação de Gilboa (2002) para quem a mídia exerce “multiple roles, as it both constrains foreign policy officials and diplomats, while providing them with opportunities to advance their goals” (GILBOA, 2002, p. 732). Assim, ela exerceria pressão sobre os formuladores de política externa sem necessariamente determinar os rumos adotados por esses – criando, simultaneamente, oportunidades para que tais formuladores adotem novos rumos de ação.

Em tal perspectiva, é importante reiterar a posição ocupada pela mídia em termos de negociações internacionais. Estando presente desde o estágio de formulação de política externa, ela é capaz tanto de atuar nesse processo, avaliando e dialogando com as estratégias governamentais, quanto de influenciar a política externa em seu estágio de aplicação, criticando ou louvando as posturas e resultados obtidos e propondo novos rumos de ação. Assim, entendemos a imprensa como um ator doméstico que desempenha um papel importante no âmbito da política externa, tanto através da influência por ela exercida sobre a opinião pública, quanto procurando realizar pressões indiretas – via classe política – sobre o Executivo e os formuladores dessa política (HILL, 2002).

Dessa forma, o processo de tomada de decisões em política externa ocorre dentro de um ambiente parcialmente criado pela mídia, cujo desempenho é ditado pelo regime de comunicação política, pela política de comunicação do governo, pela estrutura político-econômica e pelos canais de comunicação específicos. Essa atmosfera criada pela mídia reflete os eventos de política externa através da perspectiva da *agenda-setting*⁶, influenciando assim os tomadores de decisão. É a partir de tais pressupostos que abordaremos a atuação do *ABC Color* nas negociações entre Brasil e Paraguai acerca da usina de Itaipu, retomadas após a eleição de Fernando Lugo.

5 Nessa discussão – já que a atuação da mídia em política externa não se distancia das interpretações de sua atuação doméstica –, vale adaptarem-se alguns conceitos desse campo de estudos, como o “*priming*” e o “*agenda-setting*”.

6 As organizações midiáticas fazem escolhas ao transmitirem informação, selecionando as temáticas, os eventos e os aspectos que serão publicizados. Tal recorte, provindo de inúmera série de critérios – endógenos ou exógenos à organização midiática – tem o efeito de ressoar, na sociedade, como um marco de importância dos eventos abordados. Neste sentido, a mídia pode não ser capaz de construir totalmente a opinião pública acerca de um evento, porém a ênfase da cobertura e a frequência da abordagem são capazes de gerar na sociedade não somente um efeito de familiaridade comum determinado evento, mas também uma hierarquização da sua importância para a agenda pública.

3 O Tratado de Itaipu: um breve histórico

O Tratado de Itaipu, firmado em 1973 entre os presidentes Garrastazu Médici e Stroessner, é um acordo entre os governos do Brasil e Paraguai para o aproveitamento energético da região do Salto das Sete Quedas, fronteira entre os dois países (conhecido no Paraguai como Salto do Guaíra). Segundo o sítio oficial da Itaipu Binacional (entidade criada através do acordo para operar a usina), o tratado visou não somente a perspectiva energética, mas também a resolução dos contenciosos fronteiriços na região: a partir da inundação de uma área de litígio e da transformação do restante da zona litigada não submersa em reserva ecológica binacional, garantiu-se que a zona de indefinição jurídica entre os Estados brasileiro e paraguaio não causasse mais questionamentos.

Juntamente com as binacionais de Yacyretá (Paraguai-Argentina) e de Salto Grande (Argentina-Uruguai), a Itaipu binacional faz parte de um complexo energético sul-americano que garantiu energia de baixo custo para toda a região a partir dos anos de 1980. Tal esforço se mostrou ainda mais importante se considerarmos o contexto da crise do petróleo de 1973, quando o aumento do preço do barril acarretou a perda de rendimentos associados à produção de energia termoelétrica. Em conjunto com as linhas de tensão distributivas, construídas na região da Bacia do Prata, e as iniciativas em torno da exploração de energia nuclear (principalmente no Brasil e na Argentina, através de projetos de cooperação iniciados nos anos de 1980), os complexos hidrelétricos da região do Prata permitiram a sustentabilidade de significativos índices de crescimento na região, contornando o sufocamento energético que se anunciava durante a década de 1970. Essa rede energética construída na América do Sul ajudou a contornar os entraves que a ampliação da base industrial instalada poderia trazer aos países em desenvolvimento, postergando o aparecimento de consequências mais graves nesse setor (como as crises energéticas que viriam a despontar nas décadas de 1990 e 2000).

Além disso, os complexos binacionais foram construídos majoritariamente a partir de financiamento externo na forma de empréstimos, sendo as dívidas pagas a partir dos rendimentos energéticos das próprias usinas (RUIZ-CARO, 2006). No caso específico de Itaipu, a usina é atualmente a maior hidrelétrica do mundo em geração de energia⁷. Itaipu sozinha abasteceu 16,4% da energia consumida no Brasil e 71,3% da energia consumida no Paraguai no ano de 2010. É importante notar, contudo, que tal participação da usina no abastecimento energético de ambos os países já foi ainda mais significativa, chegando a ultrapassar, no ano de 2006, 94% do consumo paraguaio e 20% do consumo brasileiro.

Os rendimentos advindos da exportação do excedente energético de Itaipu auxiliam no processo de desenvolvimento do Paraguai e os empregos gerados pela binacional, que, através do acordo de 1973, também são divididos equitativamente entre os países acordantes, integram uma parte significativa de sua economia. Para Pecequillo e Hage (2007), afóra as vantagens econômicas, Itaipu possibilita uma grande manobrabilidade política ao Paraguai. A interdependência gerada pela binacional dá significativa margem de barganha ao país,

7 Especula-se que a Itaipu Binacional tenha sido ultrapassada pela Usina de Três Gargantas, na China, porém os dados obtidos em ambos os sítios oficiais são conflitantes. De qualquer maneira, segundo mesmo o sítio oficial da Itaipu Binacional, estima-se que a Usina de Três Gargantas ultrapassará Itaipu assim que terminar a instalação de mais algumas unidades geradoras.

principalmente se considerarmos o efeito que a desproporção Paraguai-Brasil causa em termos de negociações bilaterais.

O Paraguai, graças aos projetos energéticos binacionais com a Argentina e o Brasil, possui uma produção energética desproporcional em relação ao consumo do país, pois produz seis vezes mais energia do que consome, e é responsável por mais de 10% das exportações mundiais de energia. Esses índices são, em sua maior parte, de responsabilidade da binacional de Itaipu, construída em conjunto com o Brasil e, secundariamente, da binacional Yacyretá, construída em conjunto com a Argentina, também no rio Paraná. A enorme oferta de energia disponível da qual goza o Paraguai permite que esse consiga oferecer energia a baixíssimos preços em seu mercado interno, importante fator atrativo para a instalação de indústrias devido à ampliação de sua capacidade competitiva através da redução de custos, o que tem permitido um razoável crescimento industrial ao país nos últimos anos. Dessa maneira, as hidrelétricas não só permitem ao Paraguai uma entrada de capital constante, relativa à exportação da energia adicional produzida pelas usinas, mas se comportam como verdadeiros instrumentos de propulsão da industrialização paraguaia, preocupação expressa por Stroessner à época da assinatura dos tratados (PEDONE, 1989).

Dada a relevância econômica de Itaipu e o poder de negociação auferido ao Paraguai por causa da importância energética que a binacional possui também no Brasil, não é surpresa que essa ocupe um lugar de proeminência na agenda política paraguaia. As controvérsias que envolvem a binacional tem uma forte tendência à quase naturalmente se transformarem em questões de importância nacional e, sempre que o contexto internacional propicia a criação de controvérsias entre Brasil e Paraguai, é comum que se retomem, discursivamente, os dois principais aspectos históricos que demarcam a memória das relações entre os dois países: o tratado de Itaipu e a Guerra do Paraguai, canalizadores do discurso de resistência ao “imperialismo brasileiro”.

4 A imprensa paraguaia e os debates em torno da renegociação dos acordos de Itaipu (2008-2010)

As cláusulas estabelecidas por Stroessner e Garrastazu Médici ao assinarem o tratado de Itaipu em 1973 foram, posteriormente, alvo de contestação por parte do Paraguai. Alegando que a negociação, estabelecida entre dois regimes militares, teria sido injusta, o Paraguai procurou, recorrentemente, renegociar a dívida que possui com a Eletrobrás e o Tesouro Nacional, e também reacionar a taxa paga pelo Brasil pela energia não consumida pelo Paraguai.

Devido ao seu baixo consumo de energia em comparação à capacidade produtiva, o Paraguai é obrigado – pelas disposições acordadas em 1973 – a vender a maior parte da produção da usina de Itaipu que lhe cabe, oferecendo-a preferencialmente ao Brasil. Assim, o país demanda dispor de seus direitos de soberania sobre os 50% da produção que lhe cabem, visto que energia, que não pode ser vendida a terceiros e nem negociada com padrão nos preços de mercado, é cedida para o Brasil a uma taxa fixa, de valor inferior ao qual

poderia alcançar, segundo a argumentação paraguaia, caso submetida à livre-concorrência de mercado.⁸

Por diversas vezes tais cláusulas foram motivo de contenda. “Desde a assinatura [do tratado de Itaipu] se ergueram vozes no Paraguai a favor da revisão do texto” e já era sugerida, por paraguaios, a livre “disposição da energia para a venda a terceiros” (CARDOSO, 2011, p. 152). Depois de alguns episódios de contestação desses valores, a remuneração por cessão de energia do Tratado de Itaipu já está em sua terceira renegociação efetiva. Através das negociações passadas, a taxa foi constantemente aumentada através de índices de reajuste sobre o valor da remuneração original.

Com o novo acordo, firmado originalmente entre os presidentes Lugo (2008-2012) e Lula (2003-2010), porém aprovado pelo legislativo brasileiro somente durante o governo Dilma, em 2011, a taxa paga pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia entrará em seu décimo valor distinto durante o período de operação de Itaipu⁹. O clamor pela renegociação no governo Lugo adquiriu tamanha importância que se tornou um tema central no debate político nacional. O principal eixo das reclamações de Lugo – a obrigatoriedade da venda do excedente energético paraguaio ao Brasil – constituiu a agenda diplomática do Paraguai para o Brasil durante todo o primeiro ano de governo do mandatário. A argumentação do governo paraguaio era de que a obrigatoriedade da venda do excedente energético para o Brasil seria uma afronta à soberania paraguaia sobre seus recursos naturais energéticos. O Brasil, como defensor histórico da soberania sobre seus recursos naturais (em especial os energéticos), deveria respeitar os mesmos princípios ao lidar com seus vizinhos.

O acordo firmado entre os presidentes Lula e Lugo em 2009 pareceu prenunciar uma renovação na agenda bilateral entre os países, já que o intenso foco na renegociação de Itaipu havia relegado ao segundo plano outras questões de complicada resolução (como as controvérsias em torno dos “brasiguaios”). Na mídia paraguaia, porém, as expectativas quanto ao sucesso do acordo estiveram longe de ser unânimes.

O avanço da agenda da política externa de Lugo com a ratificação do acordado despertou reações ambivalentes na imprensa Paraguaia. Se por um lado esse representava um significativo passo adiante em relação à posição encontrada pelo presidente ao iniciar o mandato, representava também a abdicação, mesmo que temporária, ao pleito original de renegociação do Tratado de Itaipu, ou seja, a restauração da soberania energética do Paraguai e reavaliação da dívida contraída pelo país para a construção da usina. O acordo assinado entre os presidentes podia aumentar, em curto prazo, o valor pela energia cedida pelo Paraguai, porém esse também reiterava compromissos anteriores – como a necessidade de ofertar a energia excedente de Itaipu preferencialmente para o outro país acordante. Ao fechar, com Lula, um acordo que só

8 Há de se considerar, contudo, algumas dificuldades para o Paraguai dispor da livre venda dessa energia. Além de contrariar o pactuado, o país não possui as linhas de transmissão necessárias para vender a energia de Itaipu a qualquer outro de seus vizinhos. Mesmo que hipoteticamente tais linhas pudessem vir a ser construídas, tal constatação levou à crença, por parte da diplomacia brasileira, de que a argumentação paraguaia tinha fins retóricos, visando somente pressionar o Brasil a revisar o acordado.

9 Do valor original do Tratado de 1973 aos multiplicadores de 3,5 para 1986, de 3,58 para 1987, de 3,66 para 1988, de 3,74 para 1989, de 3,82 para 1990, de 3,90 para 1991, de 4,0 a partir de 1992, de 5,1 a partir de 2005 e de 15,3 a partir de 2011. Dados disponíveis em: <<http://www.excelenciaenergetica.com.br/>>. Acessado em 20 de outubro de 2011

permitiria que negociações de venda de energia para outros países fossem retomadas após o vencimento do tratado de Itaipu em 2023, Lugo abdicava parcialmente das propostas que, em sua campanha, serviram como principais bandeiras (BLANCO, 2009).

Assim, as formas de se encarar a questão variavam das posições mais extremadas às mais moderadas. O jornal *ABC Color*, por exemplo, afirmaria em um editorial no mesmo dia do acordo binacional, comentando sobre as cláusulas do acordo que postergavam a possibilidade de negociação com países terceiros para após o ano de 2023, que essas “devem ser examinadas com muito cuidado (...) porque tocam em uma reivindicação histórica do povo paraguaio: a recuperação de sua soberania energética ou a livre disponibilidade de seu excedente na central binacional” (25/07/2009). O jornal, que é o maior do país, caracteriza-se historicamente pelas constantes ingerências na política paraguaia e por sua postura fortemente nacionalista, e desde o início da administração Lugo se engajou intensamente na campanha pela renegociação dos acordos. Através de constantes publicações e da exacerbação da importância da questão (dando-lhe tons de dramaticidade históricos), ele exercia um efeito de *priming* frente à sociedade paraguaia. Com isso, a administração Lugo teria de mostrar bons resultados quanto a Itaipu, pois a questão se tornaria uma das principais pautas de avaliação, do ponto de vista midiático, da eficiência do seu governo.

À época do acordo entre os presidentes Lula e Lugo, contudo, ainda era observável certo contraste entre as opiniões expressas pela mídia paraguaia. Mesmo que de tamanho e expressão bem menores que o *ABC Color*, o também significativo *La Nación* esboçava uma opinião diversa – que ia numa direção contrária ao grau de importância auferido pelo *ABC Color* à questão da renegociação de Itaipu para a avaliação da eficiência governamental da administração Lugo. Em um editorial publicado no mesmo dia, o *La Nación* criticava a dimensão “nacional” adquirida pela contenda:

A soberania jamais esteve em perigo por causa do preço dos *royalties*. Os brasileiros não fizeram uso da força para impor o preço, mas sim do direito que lhes foi conferido para levar adiante o empreendimento. (...) o que houve foi uma cessão paraguaia e nenhuma outra coisa. Condenável, é certo, mas não imputável ao Brasil. Não é uma “causa nacional” discutir o preço de uma mercadoria. (25/07/2009)

A dissensão expressa pelos periódicos acerca da renegociação era uma amostra das disputas observáveis em outros setores da sociedade e do governo. A posição do *ABC Color* – que representava em maior parte a oposição ao governo de Lugo – procurava contrapor-se às posturas adotadas pelo presidente e reivindicava a soberania paraguaia sobre suas riquezas naturais (no caso, a água utilizada por Itaipu), como forma de criticar a administração governamental. Tal postura levou o jornal a bater de frente com os interesses brasileiros na questão. O *La Nación* representava setores mais moderados, que desde o início da renegociação defendiam a adoção de uma postura mais comedida em relação ao Brasil – não tanto em seus objetivos, visto que ambos defendiam a renegociação e a recuperação da soberania energética paraguaia -, mas na postura que deveria ser adotada para atingi-los. Esse dissenso quanto aos resultados e à metodologia para que esses fossem obtidos era facilmente observável no próprio governo. A coligação partidária plural do governo do ex-bispo traria diversas dificuldades para

que uma coesão administrativa fosse mantida. Alguns setores ligados à esquerda defendiam posturas mais radicais quanto à renegociação, como, por exemplo, que se levasse o tratado para avaliação de tribunais internacionais (posição defendida, por exemplo, pelo então ministro das relações exteriores paraguaio, Hector Lacognata).

Por conta disto, o *ABC Color* polemizou por alguns meses com o então diretor brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, que chegou a declarar em 2008 e 2009 que, caso a questão de Itaipu fosse submetida à arbitragem internacional, “tudo o que falamos [o Brasil] esse tempo todo seria comprovado e o tratado respaldado como justo” e que “uma eventual ida do Paraguai a uma corte de arbitragem sobre o assunto seria ‘um presente’ para o governo brasileiro” (O Estado de São Paulo, 03/04/2009). O jornal paraguaio, frente a tais declarações, reagiu de forma enfática, causando um prolongado episódio de réplicas e trélicas e essa polêmica só se diluiu após a assinatura do acordo presidencial de julho de 2009.

Os setores mais moderados, que defendiam a aceitação da proposta brasileira (como o diretor paraguaio da Itaipu binacional, Mateo Balmelli, pertencente ao Partido Liberal¹⁰) divergiam da postura adotada pelo *ABC Color* por acreditar que o melhor caminho para atender aos interesses paraguaios seria uma solução negociada bilateralmente. As desavenças entre ambos os setores eram tão extremadas e seus desentendimentos atingiam tamanhas proporções que o presidente Lugo teve de promover reuniões em separado com cada um deles para que conseguisse administrar as dissensões que compunham seu governo (Última Hora, 25/07/2009).

Porém, após o acordo de 2009 e até o final do governo Lula, a questão ficou paralisada. O acordo firmado pelos presidentes não foi levado à apreciação do congresso brasileiro: enquanto as notas reversais geradas por ele foram, de pronto, aceitas pelo legislativo paraguaio, no Brasil houve uma grande demora até que elas começassem a ser discutidas pelo parlamento. Tal lentidão do legislativo brasileiro em analisar uma questão de tamanha importância para o país vizinho acabou sendo um fator determinante para a abordagem midiática da questão. A confiança na capacidade brasileira de referendar o acordo era minada pela demora em colocar a questão na pauta de discussões do Congresso brasileiro e as correntes paraguaias que defendiam posturas mais agressivas de negociação tiveram sua posição reforçada.

Ao demorar na aprovação do acordo, o Brasil contribuiu sobremaneira para alimentar o discurso do *ABC Color*, que articulava uma retórica anti-imperialista com um nacionalismo conservador, que se contrapunha à perspectiva integracionista do governo Lugo, respaldada pelas afinidades ideológicas entre ele e os demais governos de esquerda implantados na América do Sul desde o início da década de 2000. A perspectiva do jornal sobre a questão de Itaipu se tornaria a predominante na imprensa paraguaia após esse episódio, visto que seus enquadramentos seriam praticamente os únicos a circular através da mídia. Com as eleições de 2010 no Brasil e a posse da presidenta Dilma Rousseff, no início de 2011, o tema voltou a aparecer com força na imprensa paraguaia, pois a troca do mandatário brasileiro fez ressurgir as esperanças de conclusão das negociações em torno de Itaipu e da efetivação do que havia sido acordado em 2009.

¹⁰ O Partido Liberal (PLRA - Partido liberal Radical Autêntico) é o segundo maior do Paraguai, e foi essencial na coligação que, vitoriosa, levou o candidato Lugo à presidência.

5 A cobertura do ABC Color após a posse de Dilma Rousseff

O intervalo entre o acordo dos presidentes Lula e Lugo e a posse da presidente Dilma deu vazão a novos questionamentos quanto ao papel do Brasil na região. Logo no início do governo da mandatária, com o anúncio da visita ao Paraguai do novo ministro das relações exteriores brasileiro, Antonio Patriota, recomeçaram a circular na mídia paraguaia os questionamentos acerca do acordo de 2009. A visita, agendada para o dia dezessete de janeiro de 2011, foi precedida por duras críticas em editoriais e materiais do *ABC Color*. Em um editorial do dia dezesseis de janeiro, intitulado “Brasil”, o jornal afirmava:

Como é possível que o Brasil, com essa conduta pouco digna com o vizinho que mais benefícios lhe rendeu, possa sustentar intenções de liderar a região? À força, talvez. Nosso país já demonstrou claramente que através da força é impossível curvar o Paraguai.

Ao mencionar o uso da força como possível estratégia brasileira para liderar a região, o jornal utilizou-se de sua projeção junto à sociedade paraguaia para influenciar a opinião pública e transmitir a imagem de Brasil que lhe convinha, utilizando-a como um elemento de constrangimento sobre o executivo, para que esse levasse em consideração as posições encampadas pelo periódico. A associação – tanto pela menção do uso da força quanto pela exaltação da resistência paraguaia a se dobrar perante agressões – é clara. O *ABC Color* busca acessar a memória da Guerra do Paraguai para travar uma pressão, de forma indireta, em duas frentes: sobre o governo paraguaio – através da cobrança de uma postura governamental adequada – e o governo brasileiro, ao colocar em cheque as pretensões brasileiras de liderança regional, associando sua legitimidade à adoção de posturas mais “dignas” com seus vizinhos.

Em dezessete de janeiro, dia da chegada de Patriota, o jornal seguiu com a mesma linha de argumentação, ao associar a visita do chanceler brasileiro a um outro episódio muito presente no imaginário social paraguaio (e latino-americano): em um editorial intitulado “Dilma chegará com os sorrisos, promessas e espelinhos de sempre” o periódico afirmaria que com o Brasil andamos de anúncio em anúncio, de espelinhos em espelinhos, sem que o essencial mude em absolutamente nada ao longo do tempo”. Desta vez, o Brasil seria comparado ao colonizador espanhol que, com pequenos “espelhos” e demais quinquilharias, vinha espoliar a população indígena no passado¹¹. Para o *ABC Color*, tal analogia cabia perfeitamente para o acordo entre Lugo e Lula já que, na avaliação do jornal, os reajustes da taxa paga ao Paraguai pela cessão de energia seriam ínfimos, se comparados aos benefícios que o Brasil receberia pela transação.

Durante sua estadia no Paraguai, o chanceler Patriota reiterou a intenção brasileira de aprovar o acordo de 2009. Apesar de outras questões na agenda bilateral, a questão de Itaipu foi o principal tópico das conversas, com o ministro brasileiro reforçando, ainda, que as notas reversais seriam aprovadas o quanto antes, e que então, no novo governo, tal aprovação se daria com ainda maior facilidade devido ao rearranjo do apoio do legislativo. Foi, por fim, marcada

¹¹ Referência à expressão “Cambiar oro por espejitos”. Expressão popular que faz menção ao colonizador espanhol, que vinha às Américas trocar o ouro da população nativa por pequenos cristais coloridos.

uma visita da presidente Dilma Rousseff para o dia 26 de março de 2011 – quando, por esperar que a questão do acordo entre Lugo e Lula já estivesse resolvida, poderiam seguir com os outros tópicos importantes para a relação entre os dois países.

Apesar da visita de Patriota e das declarações feitas pelo ministro, na mídia paraguaia a descrença era o elemento predominante nas análises políticas: havia se consolidado nos meios de comunicação locais a noção de que ao Brasil não interessava cumprir os acordos de 2009, a partir das percepções veiculadas pelo *ABC Color* desde o início das negociações, e que foi alimentada pela longa demora do legislativo brasileiro em colocar o tema na pauta de votações. Isso foi utilizado politicamente pelo jornal paraguaio para criticar a postura de Lugo na administração da renegociação, contribuindo para que o *ABC Color* conseguisse cumprir sua agenda de oposição governamental ao mesmo tempo em que consolidava junto à opinião pública a sua imagem como veículo defensor dos verdadeiros interesses nacionais.

Em um editorial publicado na sua edição de 23 de janeiro de 2011, o *ABC Color* voltaria a questionar as intenções brasileiras quanto ao acordo de 2009. O texto, intitulado “Vil exploração do Paraguai por parte de seus vizinhos”, reforça o discurso de desconfiança em relação aos vizinhos mais poderosos, que havia se tornado a tônica da mídia paraguaia. O editorial – que não aborda somente as relações com o Brasil, mas também analisa de maneira crítica as posições adotadas pela Argentina em relação à sua política de importações e a renegociação de Yacyretá – chega a afirmar, falando sobre o Paraguai, que “seus principais vizinhos não desejam que nosso país seja próspero, mas sim que sejamos eternamente pobres e subjugados”.

O governo Dilma, porém, demonstrou interesse na reabertura da cooperação bilateral ativa com o Paraguai desde o início de seu mandato. Exemplos dessa disposição podem ser observados na já citada visita do ministro de relações exteriores, Antonio Patriota, em janeiro (o Paraguai foi o segundo país a receber a visita do ministro, logo após a Argentina) e, mais tarde, em março, pela visita ao país do assessor especial para assuntos internacionais de Dilma, Marco Aurélio Garcia (precedendo à visita da presidente). Garcia reiterou que logo se daria a aprovação das notas reversais de 2009 pelo congresso brasileiro e afirmou que no futuro o Paraguai se materializaria como “um polo de desenvolvimento na região” (*La Nación*, 26/03/2011).

O *ABC Color*, porém, acusava os vizinhos do Paraguai de realizarem uma “vil exploração” sobre o país, dando continuidade a um tipo de prática aplicada desde a época colonial, e que se traduziria, no que se refere ao Brasil, pelo “imperialista Tratado de Itaipu” (23/01/2011). Assim, o jornal criticava simultaneamente as pretensões brasileiras e argentinas no subcontinente sul-americano, procurando estabelecer uma imagem de um Paraguai injustiçado pelos vizinhos. Dessa forma, o jornal se utilizava de sua condição de maior periódico do país e da sua consequente capacidade de atuar como *gatekeeper*¹² para construir uma abordagem sobre a questão que menosprezava os esforços adotados pelo Brasil. Para isso, por inúmeras vezes,

¹² A ideia de *gatekeeper* (filtro), provinda eminentemente da sociologia do jornalismo e dos estudos de comunicação, esboça a prerrogativa dos aparelhos midiáticos de estabelecer quais temáticas serão noticiadas, o recorte que será empregado na transmissão da informação, e que elementos do evento serão enfatizados, compondo o essencial da notícia. A mídia, nesta elaboração, é vista como elemento que faz o intermédio entre a informação e a sociedade, de forma a ocupar uma posição determinística quanto aos eventos e como estes vêm a conhecimento público

o jornal não hesitou em suprimir ou conceder menor espaço em suas páginas às declarações das autoridades brasileiras sobre o contencioso.

O governo brasileiro, porém, não conseguiu consolidar o prometido por Dilma em janeiro de 2011. Não tendo conseguido a aprovação no legislativo do acordo entre Lula e Lugo até março (a questão não chegou nem mesmo a entrar em discussão no Congresso), a presidente optou por cancelar a visita marcada no início do ano, temendo que, sem a resolução da questão de Itaipu, as outras questões da agenda diplomática que o governo almejava discutir não avançassem.

Com o adiamento da visita anunciado, o *ABC Color* publicaria, em uma matéria intitulada “Está se confirmando a enganação de Lula da Silva” (19/03/2011), que o tema das reversais “se encontra literalmente congelado no Congresso brasileiro, com muito poucas possibilidades de ser aprovado, segundo fontes oficiais”. Nessa matéria, o periódico desenvolvia a argumentação de que o Brasil se utilizara das supostas afinidades ideológicas entre os presidentes Fernando Lugo e Lula da Silva para acertar um acordo que era incapaz de cumprir. O governo paraguaio, porém, parecia desde o início demonstrar uma postura bem contrastante com a posição da mídia – em especial a do *ABC Color*. Com a exceção de alguns deputados do congresso paraguaio – em sua maioria filiados ao Partido Colorado – que retornaram à hipótese de levar o contencioso à arbitragem internacional (*ABC Color*, 18/03/2011), as autoridades paraguaias, mesmo que buscando pressionar o governo brasileiro pela aceleração da questão, pareciam confiar que, assim que a questão entrasse em votação, ela seria aprovada pelo legislativo do Brasil. Assim, enquanto, pela lógica operacional do governo paraguaio, a negociação com o Brasil não era motivo de grande preocupação, a mídia apressava-se em criticar tal postura, considerando-a falha e equivocada. Para Seib (1996), esta é uma das maneiras pelas quais os jornalistas exercem poder de fato, visto que a mídia teria um papel crucial na definição para a opinião pública do que seria o “sucesso” ou o “fracasso” de determinada política. Neste sentido, os agentes midiáticos condicionam a agenda política ao seu ritmo, na medida em que procuram estabelecer junto à opinião pública aqueles que seriam os parâmetros que devem nortear a ação dos *policy-makers*.

Apesar das constantes reiterações do governo brasileiro e das próprias declarações de confiança do governo paraguaio em torno da aprovação das notas reversais no legislativo brasileiro, a percepção midiática não era otimista. A votação, após diversos movimentos de pressão exercidos por Dilma, seria, finalmente, anunciada para o dia 30 de março de 2011 (data em que a questão entraria, pela primeira vez, em pauta). Contudo a discussão seria adiada por uma semana, devido ao falecimento do ex-vice-presidente brasileiro José de Alencar, e a consequente interrupção temporária das atividades parlamentares.

Naquela semana, as pressões políticas se acirriariam. No dia três de abril, o *ABC Color* publicaria uma matéria intitulada: “Paraguai retira o apoio ao Brasil na ONU até que aproveem Itaipu”. Segundo o periódico, o Paraguai retirara seu apoio às pretensões brasileiras a um assento no conselho de segurança da ONU até que as notas reversais fossem aprovadas pelo congresso brasileiro. Dois dias depois, no dia cinco, uma nova notícia acerca do tema seria publicada pelo jornal: “Não se condiciona o apoio ao Brasil na ONU em troca da aprovação de Itaipu”. O novo ministro das relações exteriores do Paraguai, José de Lara Castro (sucessor de

Lacognata) afirmaria “que não tem nada a ver uma coisa com a outra”. Lara Castro sustentava que a retirada do apoio às pretensões brasileiras na ONU fora apenas um recuo do Paraguai, baseado em trocas internas de pessoal, que pautariam a reformulação de política externa, obrigando assim o país a repensar seu posicionamento internacional.

Nesse episódio o *ABC Color* se apropriara, momentaneamente, de disposições pertinentes ao aparato estatal para fazer uma manobra de pressão mais intensa em relação ao governo brasileiro. O periódico assumiu uma postura de negociador, indo além das tradicionais funções midiáticas de transmitir informações, e procurou exercer influência diretamente no governo brasileiro através de suas publicações. Sem que nenhuma declaração oficial houvesse sido feita, o jornal publicou sua própria interpretação de uma manobra do governo paraguaio, dando a essa o sentido que convinha a seus objetivos políticos. Poderíamos afirmar que, na taxonomia trabalhada por Gilboa (2002), o *ABC Color* buscou agir momentaneamente como um ator interveniente, tentando pressionar o governo brasileiro a tomar uma postura que o jornal considerava interessante para o Paraguai.

No mesmo período, o *ABC Color* buscou exercer influência direta na tomada de decisão paraguaia. Através de uma série de publicações – em especial uma entrevista com o ex-presidente Wasmosy (31/03/2011) –, o periódico sugeriu métodos e posturas alternativas para a negociação, apontando “erros” na estratégia adotada pelo governo Lugo. As críticas de Wasmosy eram direcionadas diretamente aos envolvidos na negociação; o ex-presidente pedia que “se recorresse à gente capaz”, criticando a atuação tanto de Balmelli como de Lacognata. O momento escolhido pelo periódico para essa publicação foi oportuno: Mateo Balmelli havia sido substituído por Gustavo Codas na direção geral de Itaipu e, pouco tempo depois, Lara Castro havia sido indicado para a chancelaria. Através do peso simbólico da opinião do ex-presidente Wasmosy (membro do Partido Colorado e influente figura política do país), o *ABC Color* procurou exercer influência sobre a política externa paraguaia em seu estágio de *policy-making*.

6 Conclusão

Durante todo o período de espera pela discussão da revisão do acordo pelo legislativo brasileiro, o *ABC Color* assumiu o discurso de defensor da soberania energética paraguaia e da legitimidade das reivindicações apresentadas ao Brasil. A discussão e votação na câmara baixa brasileira, que ocorreu no dia seis de abril, terminou com a aprovação das notas reversais por maioria esmagadora: 285 votos a favor e 54 contra. Os votos a favor provieram de praticamente todos os partidos políticos que compõem a Câmara – à exceção somente do PSDB e do DEM. Todos os membros da Câmara filiados ao PSDB e todos, com a exceção de um, dos filiados ao DEM votaram contra a aprovação do acordo estabelecido pelo presidente Lula¹³.

Só restava agora a decisão do Senado. Considerando o ambiente favorável para a aprovação definitiva das notas reversais após a massiva votação favorável na Câmara dos Deputados, a postura do jornal paraguaio se tornaria menos desafiadora. No dia sete de abril de

¹³ Estas informações estão disponíveis no site da câmara: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Sessão referente ao dia 06/04/2011.

2011, o *ABC Color* publicaria duas matérias sobre a questão: uma declaração de Gustavo Codas, novo diretor-geral paraguaio da Itaipu Binacional, que demonstrava expectativas positivas de que o acordo fosse ratificado o mais breve possível e uma declaração do ministro das relações exteriores, Lara Castro, na qual falava sobre a importância de um país sul-americano no Conselho de Segurança da ONU e as fortes razões pelas quais o Brasil despontava como um bom candidato. Na mesma matéria, o ministro reforçou a ideia de que a retirada temporária de apoio do mês anterior não fora uma manobra de pressão sobre o Brasil, aproveitando-se das pretensões brasileiras nas Nações Unidas, mas apenas uma reavaliação das posturas paraguaias (*ABC Color*, 07/04/2011). Logicamente o momento escolhido pelo ministro para essa reavaliação, mesmo tendo coincidido de fato com uma troca de gabinete, serviu como lembrança oportuna para os parlamentares brasileiros da urgência e importância da questão para os paraguaios.

Devido à votação maciça na Câmara dos Deputados em favor à proposta do executivo, o *ABC Color* (08/04/2011) refletiu a expectativa geral de aprovação idêntica no Senado. Porém, a votação que poria fim à discussão das reversais só viria no mês seguinte, já que ela acabou sendo adiada por três vezes, pois os senadores brasileiros argumentavam que era necessário mais tempo para que a questão fosse amplamente debatida. A primeira tentativa de votação foi realizada no dia três de maio, mas o projeto só conseguiu ir efetivamente a plenário no dia onze de maio, terminando por ser aprovado.

Porém, esse feito do governo Lugo seria reconhecido pela mídia paraguaia de forma muito reticente: a ênfase da cobertura do *ABC Color* sobre o tema, a partir de então, passou a ser na discussão da alocação dos novos recursos paraguaios e na crítica ao que teria sido efetivamente conquistado, mantendo a argumentação de que o novo acordo não fazia justiça às históricas reivindicações do Paraguai. Dessa maneira, o periódico mantinha a postura que assumiu desde a posse do ex-bispo – de realizar uma oposição sistemática ao governo, não hesitando, inclusive, em defender, por vias indiretas, a necessidade de derrubada do presidente. Com o acirramento das tensões políticas internas que culminariam no impeachment/golpe constitucional que levou ao afastamento de Lugo, em junho de 2012 – e em que o *ABC Color* desempenhou um papel bastante ativo –, as relações com o Brasil acabariam saindo da posição de proeminência na agenda política (e midiática) paraguaia.

Constata-se, nesse episódio, certa congruência entre a postura do *ABC Color* em relação à política externa paraguaia e a postura do periódico no ambiente político nacional. A questão da renegociação de Itaipu serviu às pretensões do periódico em dois eixos: pressionar a construção da agenda de política externa do governo paraguaio e atuar como foco de oposição a esse, tentando encaixar a renegociação de Itaipu como critério de avaliação da competência governamental (efeito conhecido como “*priming*”). Se até a ratificação do tratado era imprescindível, para o discurso do *ABC Color*, que o governo obtivesse sucesso, a partir da consecução desse objetivo, o periódico passou a minimizá-lo, apontando-o como um mero paliativo, em comparação às pretensões de Lugo sobre a questão, expostas em sua plataforma eleitoral.

Mesmo que seja complicado apontar alguma causa-origem à postura discursiva adotada pelo *ABC Color* em relação ao Brasil, dado o complexo histórico das relações bilaterais, há que se dar atenção às implicações teóricas possíveis em tal congruência das dimensões nacional

e internacional das pressões políticas feitas pelo jornal. Assim, não se trata aqui de dizer se a posição do *ABC Color* em relação ao Brasil se dá devido à relação doméstica do periódico com Lugo ou vice-versa. Trata-se de compreender como ambas as dimensões se compõem simultaneamente, com as dinâmicas doméstica e internacional terminando por potencializar os efeitos de *power-making* da mídia e as perspectivas governamentais de construção de política externa.

Referências Bibliográficas

BLANCO, Luis F. 2009. *O Novo Acordo Brasil-Paraguai e a renegociação do tratado de Itaipu. Enfim uma postura de liderança sub-regional?* Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

CARDOSO, Guilherme R. 2011. *A Energia dos Vizinhos: uma análise da Política Externa do governo Lula na "nacionalização" do gás boliviano e nas alterações do Tratado de Itaipu*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: IRI-PUC.

GILBOA, Eytan. 2002. Global Communication and Foreign Policy. *Journal of Communication*, v. 52, iss. 4, p. 731-748.

HILL, Christopher. 2002. *The changing politics of foreign policy*. Nova York: Palgrave MacMillan.

HIRST, Monica. 2006. As relações Brasil-paraguai: baixos incentivos no latu e strictu sensu. *Política Externa*. São Paulo, v. 14, p. 11-21.

LIPPMANN, Walter. 1997. *Public opinion*. New Brunswick, Transaction Publishers.

MCCOMBS, Maxwell.; SHAW, Donald. 1972. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, vol. 36, nº 2. New York, pp. 176-87.

NACOS, Brigitte L., SHAPIRO, Robert Y. e ISERNIA, Pierangelo. 2000. Old or New Ball Game? Mass Media, Public Opinion, and Foreign Policy in the Post-Cold War World. *Decisionmaking in a Glass House*. Lanham, MA: Rowman & Littlefield.

NAVEH, Chanan. 2002. The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making: a Theoretical Framework. *Conflict & communication online*, Vol. 1, No. 2.

PECEQUILO, Cristina S. e HAGE, José Alexandre A. 2007. Dilemas Sul-Americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu. *Meridiano 47*, n. 84, p.7-9.

POWLICK, Philip. 1995. The sources of public opinion for American Foreign Policy Officials. *International Studies Quarterly*, n. 39, p. 427-451.

PEDONE, Luiz. 1989. *State autonomy, political power, and public policy: a study of Brazilian development*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Amherst, MA: University of Massachussetts.

RUIZ-CARO, Ariela. 2006. Cooperación e integración energética em América Latina y el Caribe. Serie Recursos Naturales e Infraestructura n 106. Santiago do Chile: CEPAL.

SEIB, Philip. 1997. *Headline diplomacy: how news coverage affects foreign policy*. Westport, CT: Praeger Publishers.

SILVA, André Luiz Reis da e RODRIGUES, Kamila Dalbem. 2010. As relações Brasil-Paraguai com a ascensão de Fernando Lugo. *Conjuntura Austral*, v. 1, p. 13-18.

SOROKA, Stuart. 2002. Media, Public Opinion and Foreign Policy. *Harvard International Journal of Press and Politics*, vol. 8, n. 1, p. 27-48.

VALENZUELA, Sebastián. 2009. Variations in Media Priming: The moderating Role of Knowledge, Interest, News Attention, and Discussion. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, Vol. 86, No. 4, pp. 756-774.

Recebido em: 05 maio 2015

Aceito em: 04 outubro 2015